



ANEXO 1: Justificativas

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas nos Termos de Referência e que passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

A elaboração deste Estudo visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços – Maior Desconto por lote/grupo), visando à contratação de empresa para fornecimento, transporte, instalação de módulos sanitários com tratamento por desidratação e capacitação dos beneficiários, em comunidades rurais de municípios localizadas na área de atuação da CODEVASF nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O acesso aos serviços de saneamento básico é fundamental para a garantia de maior qualidade de vida. Nas comunidades com maior carência de estruturas de saneamento, a ausência de tratamento de água para consumo e o manejo inadequado do esgoto são responsáveis pela maior incidência de doenças de veiculação hídrica (a exemplo da cólera e ascaridíase), maiores taxas de mortalidade infantil, aumento dos gastos com saúde pública e impactos econômicos nos setores produtivos decorrentes das constantes enfermidades que acometem os trabalhadores destas localidades.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2020), 45% da população brasileira não é atendida pelos sistemas convencionais de coleta e tratamento de esgoto. No Nordeste, a situação é ainda mais alarmante ao considerar que apenas 30,3% da população é atendida pelas redes de esgoto públicas (SNIS, 2020). De acordo com o Painel Saneamento Brasil, em 2019 um total de 113.748 pessoas no Nordeste foram internadas para tratamento de doenças de veiculação hídrica.

Ao analisar o quadro das zonas rurais, é possível verificar uma grande demanda por políticas públicas que auxiliem na melhoria das condições de saneamento, visto que historicamente os maiores investimentos foram feitos nos centros urbanos. De acordo com o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR, 2019), nas zonas rurais, onde predominam a dispersão das residências e o reduzido acesso a sistemas coletivos de esgotamento, prevalecem soluções precárias como: fossas rudimentares (isto é, buraco feito no solo destinado a dejetos humanos sem tratamento prévio) ou escoadouro de esgotos em vala, rio, lago ou mar também sem tratamento prévio. No caso das fossas, em dias de chuva intensa pode ocorrer o extravasamento do material, o que pode promover contaminação dos aquíferos e das pessoas. Os gráficos da Figura 1 ilustram a evolução das soluções para destinação de esgoto nas zonas rurais.

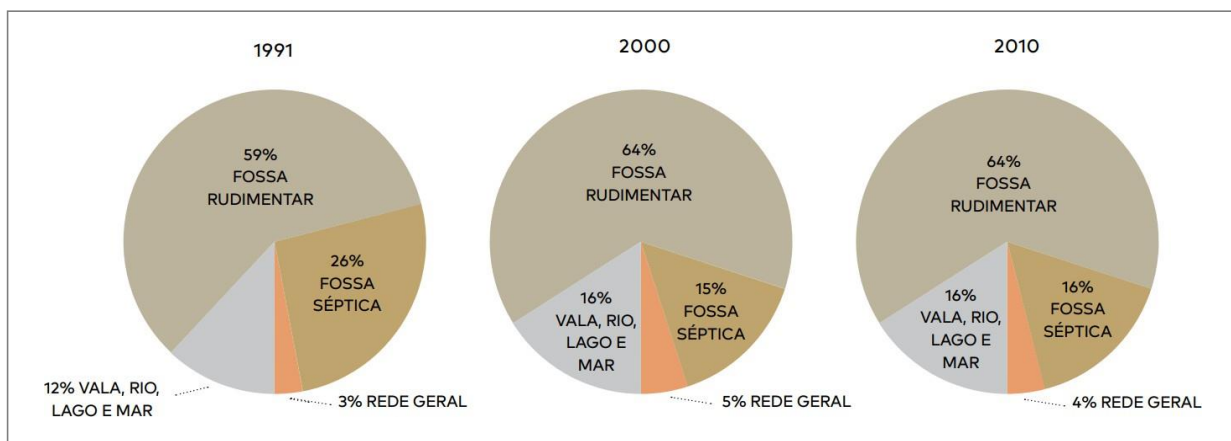


Figura 1: Evolução dos tipos de escoadouro de esgotos nos domicílios rurais brasileiros.

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

Observa-se que nas últimas décadas predominaram soluções precárias e houve pouca mudança efetiva neste quadro geral. Um fator alarmante nessas comunidades é a falta de dignidade e segurança que muitas vezes ocorre no momento de realização de necessidades fisiológicas básicas: ainda é usual a ausência de banheiros, a defecação a céu aberto e o uso de fossas rudimentares que contaminam o solo e corpos hídricos. Essa situação é ainda mais preocupante para mulheres e crianças, que ficam altamente vulneráveis à violência sexual quando não há banheiro na própria residência.

De acordo com o Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (SIDRA/IBGE - Tabela 1394), no censo de 2010 havia um total de **1.514.992** domicílios sem banheiro ou sanitário no Brasil. Desse total, cerca de 50% (**782.211** domicílios em números absolutos) estão localizados nas zonas rurais da região do Semiárido.

No contexto do semiárido brasileiro, o desafio da destinação adequada dos rejeitos humanos é ampliado em função de outro problema: a escassez hídrica em função dos grandes períodos de seca intensa, falta de mananciais e elevado teor de salinidade muitas vezes encontrado nas águas subterrâneas. Em vista disso, “(...) o uso de descarga hídrica, nas casas que possuem banheiros, muitas vezes é inviabilizado pela falta d’água ou por não ser culturalmente aceito, devido ao contexto de escassez hídrica.” (PNSR, 2019). Dessa forma, é preciso buscar soluções específicas para a população do semiárido que possibilite reduzir o problema de falta de banheiros e tratamento adequado dos rejeitos humanos, sem deixar de levar em consideração a baixa disponibilidade de água para transporte destes rejeitos, como geralmente é feito nos grandes centros urbanos.

Foram pesquisadas soluções disponíveis de saneamento descentralizado (isto é, voltadas para regiões em que os sistemas coletivos, como redes de coleta, são inviáveis por questões econômicas e/ou técnicas, a exemplo de áreas rurais com elevada dispersão das residências no espaço) e que também sejam viáveis dentro do contexto de escassez hídrica, como ocorre no semiárido. Dentre as soluções encontradas, aquela que se apresenta como mais promissora é a utilização de módulos sanitários com tratamento por desidratação.



Neste sentido, e levando-se em conta as razões de interesse público aqui expostas, considera-se de grande necessidade a realização de licitação para contratação de empresa para fornecimento, transporte, instalação de módulos sanitários com tratamento por desidratação e capacitação dos beneficiários, em comunidades rurais de municípios localizados na área de atuação da CODEVASF nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela CODEVASF e efetivamente executados pela CONTRATADA.

Modalidade Licitatória:

Pregão Eletrônico. A CODEVASF por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51).

No caso do Pregão Eletrônico, este é regido pelo disposto na Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores.

Procedimento Licitatório:

Sistema de Registro de Preços (SRP). O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na Lei n.º 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e normas complementares. Justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão (un), havendo necessidade de contratações frequentes.

Além disso, as fontes de recursos podem ser advindas não somente da LOA, assim como de parceria com outras entidades públicas e/ou emendas parlamentares, visto que o SRP possibilita a captação de novos recursos para efetividade do Programa, assim como atendimento de números distintos de fornecimento com base nos recursos existentes.

Do serviço comum:

Os serviços de fornecimento, transporte, instalação de módulos sanitários com tratamento por desidratação e capacitação dos beneficiários, em comunidades rurais de municípios localizadas na área de atuação da CODEVASF nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio



Grande do Norte e Sergipe podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns. Trata-se de uma atividade que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado e que possui natureza padronizável.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

A IRP será divulgada, tendo em vista a possibilidade de obter maior economia de escala para a Administração Pública.

Admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Outros órgãos públicos poderão solicitar adesão à ATA de Registro de Preços, não configurando assim, prejuízos para os demais órgãos, pois a adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, por serem mais céleres, facilitando o planejamento da gestão, promovendo economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

Vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos/itens:

Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Termo de Referência e ainda em razão da especificidade de execução que compreende 10 (dez) estados distintos e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando que a divisibilidade do objeto da licitação é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala o objeto da licitação foi dividido em 10 (dez) grupos e 11 (onze) itens conforme consta do TR.

Critério de Julgamento:

Maior Desconto (desconto deverá incidir de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado).

Divulgação do valor orçado:

Divulgado: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Permissão de Participação de Consórcios:

Será permitida a participação em consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, aumentar a competitividade, proporcionar maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Participação de Cooperativas:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.



Permissão de Subcontratação:

Será admitida a subcontratação para o serviço de transporte comercial dos módulos sanitários.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta dos Termos de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23/1/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

“Art. 7º -

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

Desapropriação:

Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação. Tendo em vista que os módulos sanitários possuem pequenas dimensões e serão instalados próximos à residência do beneficiário para o seu uso pessoal, a desapropriação não é aplicável.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. A empresa responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Aprovação das Especificações Técnicas e Planilha de Custos do Orçamento de Referência:

Aprovado pela autoridade competente no processo nº 59500.003365/2023-01, com base em pareceres técnicos.

Qualificação Técnica:

Definida no Item 9 do TR. As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Licença Ambiental:

Não aplicável. A instalação de módulos sanitários com tratamento por desidratação em áreas residenciais geralmente tem um impacto ambiental mínimo. Esses sistemas são projetados para serem modulares e com fácil instalação, propiciando impacto ambiental mínimo durante a execução. Ainda, a instalação dos módulos ocorre de forma contígua às residências dos beneficiários.